



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo

UNIFESP  
25 ANOS  
Universidade pública, conhecimento público

COMPRAS/COVID -19

Ofício nº 41/2020/COMPRAS/COVID -19

São Paulo, 09 de junho de 2020.

À  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Adm. Tânia Mara Francisco  
Pró-Reitora de Administração

Sra. Georgia Mansour  
Pró-Reitora de Administração Adjunta

**Objeto:** CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 no âmbito da Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP.

Prezadas Senhoras,

Em continuação ao atendimento ao atendimento à vossa solicitação (0329735), encaminhamos o processo em referência para análise e eventual ratificação dos itens restantes, contemplados na Dispensa de Licitação n. 66/2020. Temos a relatar:

#### 1. Da pesquisa de preços

Em que pese a faculdade estabelecida na Lei nº 13.979/2020 da contratação sem ampla pesquisa de preços, face a situação de calamidade pública sob a égide de pandemia internacional ocasionada pela infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID- 19), no íterim do recebimento das propostas efetuou-se a ampla consulta a fornecedores, bem como consulta a preços em sítios eletrônicos e Painel de Preços do Governo Federal, juntada aos autos.

Observa-se que, apesar do estado de calamidade pública e dificuldades logística no suprimento de materiais em âmbito nacional e mundial, os valores obtidos por meio do Chamamento Público estão compatíveis com consulta efetuada a sítios eletrônicos e ao Painel de Preços, conforme resumido na Planilha -Documento 0331311.

#### 2. Da justificativa para escolha do fornecedor

Conforme solicitado, foi considerada a proposta obtida por meio do Chamamento Público nº 02/2020 até a data da contratação, para aquisição dos Itens elencados na Planilha 0331311, conforme solicitado.

#### 3. Da regularidade fiscal, trabalhista e impedimento de licitar

Nesse quesito, lembramos que a Lei nº 13.979/2020 traz ainda a faculdade de contratar com empresa com restrição fiscal (exceto Seguridade Social) e restrições no impedimento de contratar com a administração pública, inclusive empresas declaradas inidôneas.

Contudo, efetuamos consulta à situação fiscal, trabalhista e impedimentos de contratar das propostas de menor valor, assim como ao sócio majoritário quando disponível a informação, não tendo sido verificada restrição nesse aspecto, conforme Documentos 0329595, 0329900 e 0329915.

#### 4. Da análise jurídica

De modo a dar a agilidade necessária às contratações públicas para enfrentamento à pandemia do Covid-19, foi emitido o PARECER n. 00002/2020/CNMLC/CGU/AGU (0279107), juntados aos autos.

Em síntese, informamos que restam atendidas as recomendações exaradas pelo PARECER n. 00002/2020/CNMLC/CGU/AGU, com relação aos seguintes pontos: a) ausência de exigências que restrinjam a participação, na medida em que o Edital previu flexibilização de aplicação de penalidades por motivos de dificuldades operacionais e regras simplificadas para participação; b) publicidade e busca ampliada na seleção de fornecedores; c) utilização da lista de verificação elaborada a partir do modelo disponibilizada pela AGU; d) pesquisa de preços de, pelo menos, um dos critérios definidos.

#### 5. Do Plano Anual de Contratações

Juntamos o relatório do sistema PGC, referente ao Plano Anual de Contratações dos itens ora contratados. Observamos que a maioria dos itens são adquiridos para uso nos laboratórios do Campus São Paulo e Diadema, estando portanto previstos no PAC. Contudo, alguns itens não constavam no planejamento feito no exercício anterior, visto que não se apresentava à época a situação de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus.

#### 6. Da necessidade de publicação e ratificação

Em que pese a pese o entendimento exarado no parecer supracitado, acerca da não aplicabilidade do disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93 no aspecto da ratificação da dispensa de licitação e publicação da dispensa de licitação no Diário Oficial da União, observamos que não tem sido consenso entre os

juristas, alguns entendendo que a nova Lei trouxe apenas a faculdade de uma outra opção de publicidade, sem contudo excluir a obrigatoriedade de divulgação na imprensa oficial.

Considerando, por fim, serem procedimentos que resguardam o interesse público e que demandam um exíguo prazo, em virtude da utilização de sistemas eletrônicos, encaminhamos os autos para declaração e ratificação da dispensa de licitação, estando os dados já inseridos no sistema para a respectiva publicação nesse ínterim.

Att,

**Vânia Simões Lopes Fioravanti**  
Chefe da Divisão de Compras



Documento assinado eletronicamente por **Vania Simoes Lopes Fioravanti, Administradora**, em 09/06/2020, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0" informando o código verificador **0331710** e o código CRC **C367ADE8**.

Rua Sena Madureira 1500 - Bairro Vila Clementino - São Paulo - SP CEP - <http://www.unifesp.br>